



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

Aos 15 dias do mês de outubro de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações e outros assuntos;
2. Designação de Deputado para integrar a Delegação da AR à 5.ª Reunião Interparlamentar da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu sobre "A implementação das alterações na futura Política de Coesão", em Bruxelas, 27 de novembro de 2013
3. Apresentação do Relatório de participação da Assembleia da República na Conferência sobre a Política Externa de Segurança Comum (PESC) e Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), Vilnius, 4 a 6 de setembro 2013
4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
 - a) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à participação da União num programa de investigação e desenvolvimento empreendido conjuntamente por vários Estados-Membros destinado a apoiar as pequenas e médias empresas que executam atividades de investigação [COM(2013)493] objeto de Relatórios da Comissão de Economia e Obras Públicas e da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
 - b) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à participação da União no Programa Europeu de Metrologia para a Inovação e Investigação empreendido conjuntamente por vários Estados-Membros [COM(2013)497] objeto de Relatórios da Comissão de Economia e Obras Públicas e da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
 - c) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à participação da União no segundo Programa da Parceria Europa-Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos empreendido conjuntamente por vários Estados-Membros [COM(2013)498] objeto de Relatório da Comissão de Saúde
 - d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece regras e um procedimento uniformes para a resolução de instituições de crédito e de certas empresas de investimento no quadro de um mecanismo único de resolução e de um fundo único de resolução bancária e que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)520] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
 - e) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES As metas de Barcelona_ O desenvolvimento dos serviços de acolhimento para a primeira infância na Europa para um crescimento sustentável e inclusivo [COM(2013)322] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
 - f) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen 1 de maio de 2012 - 31 de outubro de 2012



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

[COM(2012)686] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos Fundos do Mercado Monetário [COM(2013)615] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - O Ensino Superior Europeu no Mundo [COM(2013)499] objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Para além de 2015: rumo a uma abordagem global e integrada do financiamento da erradicação da pobreza e de desenvolvimento sustentável [COM(2013)531] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

d) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Evolução da situação do mercado e consequentes condições para a supressão faseada e suave do regime de quotas leiteiras ; segundo relatório «boa aterragem» [COM(2012)741] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar

6. Apreciação e votação da Ata n.º 130/XII, relativa à reunião de 8 de outubro de 2013.

1. Informações e outros assuntos;

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), começou por dar as boas vindas à nova Sra. Deputada do Grupo Parlamentar do PCP, Sra. Deputada Paula Batista (PCP).

Relativamente ao agendamento da audição ao Sr. Ministro de Administração Interna sobre as eleições europeias, o Sr. Presidente informou que já foi solicitado junto da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e Igualdade o agendamento próximo da audição.

O Sr. Presidente da Comissão deu conta do conteúdo da audiência concedida ao Ministro dos Assuntos Europeus da Irlanda, informando que a respetiva síntese foi já distribuída aos Srs. Deputados.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

O Sr. Presidente da Comissão informou ainda que tinha sido agendada audiência, às 16h30, ao Diretor Europeu da MasterCard sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos serviços de pagamento no mercado interno, que altera as Diretivas 2002/65/CE, 2013/36/CE e 2009/110/CE e revoga a Diretiva 2007/64/CE e a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às comissões de intercâmbio aplicáveis a operações de pagamento associadas a cartões, após solicitação desta empresa.

No seguimento da última reunião, o Sr. Presidente começou por recordar que, relativamente às audições a Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu, seriam contactados, de imediato, os Srs. Deputados Paulo Rangel e Capoulas dos Santos. No entanto, informou que o Sr. Deputado Diogo Feio tinha sido nomeado um dos Relatores na Comissão ECON sobre as duas iniciativas relativas a serviços de pagamento no mercado interno e sobre comissões de intercâmbio aplicáveis a operações de pagamento associadas a cartões, que serão o tema da audiência ao Sr. Diretor Europeu da MasterCard. Considerando a relevância do tema, o Sr. Presidente colocou à consideração da Comissão agendar audição com o Sr. Deputado Diogo Feio, envolvendo as comissões competentes, o que mereceu o acordo da Comissão.

O Sr. Deputado João Oliveira (PCP) solicitou a palavra para propor o agendamento de uma audição com Deputado do PCP ao Parlamento Europeu, o que mereceu o assentimento da Comissão, tendo o Sr. Deputado do PCP ficado de transmitir posteriormente o tema e a indicação do Deputado que viria.

O Sr. Presidente informou ainda que a próxima reunião seria no dia 22 de outubro, às 16h00.

2. Designação de Deputado para integrar a Delegação da AR à 5.ª Reunião Interparlamentar da Comissão do Desenvolvimento Regional do Parlamento Europeu sobre "A implementação das alterações na futura Política de Coesão", em Bruxelas, 27 de novembro de 2013



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

O Sr. Presidente começou por informar que, na sequência do debate ocorrido na última reunião sobre a participação em reuniões interparlamentares através de videoconferência, tinha sugerido que este tema fosse incluído na próxima Conferência de Presidentes de Comissões.

Relativamente à participação nesta reunião interparlamentar, o Grupo Parlamentar do PSD indicou o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD), que aproveitou a intervenção para saudar a nova Deputada do PCP.

3. Apresentação do Relatório de participação da Assembleia da República na Conferência sobre a Política Externa de Segurança Comum (PESC) e Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), Vilnius, 4 a 6 de setembro 2013

O Sr. Presidente deu conta que o Relatório tinha sido distribuído e sublinhou alguns aspetos nele mencionados.

De seguida, o Sr. Deputado Alberto Costa (PS) referiu apenas que apenas 3 delegações, uma delas a da Assembleia da República, tinham Deputados das Comissões de Assuntos Europeus e que a generalidade das delegações era, assim, composta por Deputados das Comissões com competência no âmbito dos Negócios Estrangeiros e da Defesa.

4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à participação da União num programa de investigação e desenvolvimento empreendido conjuntamente por vários Estados-Membros destinado a apoiar as pequenas e médias empresas que executam atividades de investigação [COM(2013)493] objeto de Relatórios da Comissão de Economia e Obras Públicas e da Comissão de Educação, Ciência e Cultura



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

Na ausência do Sr. Deputado António Gameiro (PS), apresentou sucintamente o seu parecer o Sr. Deputado Vitalino Canas (PS), tendo o parecer sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

- b) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à participação da União no Programa Europeu de Metrologia para a Inovação e Investigação empreendido conjuntamente por vários Estados-Membros [COM(2013)497] objeto de Relatórios da Comissão de Economia e Obras Públicas e da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Na ausência da Sra. Deputada Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD), apresentou sucintamente o seu parecer o Sr. Deputado Nuno Matias (PSD). O parecer foi então submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

- c) Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à participação da União no segundo Programa da Parceria Europa-Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos empreendido conjuntamente por vários Estados-Membros [COM(2013)498] objeto de Relatório da Comissão de Saúde

O Sr. Deputado Nuno Reis (PSD) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e BE.

O Sr. Deputado João Oliveira (PCP) solicitou a palavra para apresentar discordâncias face aos moldes em como estes programas têm sido conduzidos, designadamente, sobre a opção da constituição de parcerias público-privadas.

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) suscitou dúvidas sobre a premência da análise do cumprimento do princípio da subsidiariedade, considerando que se trata de uma competência da União.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

O Sr. Presidente discordou, alegando que a própria iniciativa, na exposição de motivos, analisa o cumprimento do princípio da subsidiariedade. Acresce que tratando-se de um projeto de ato legislativo em matéria de competência partilhada entre os Estados-Membros e a União, haverá sempre lugar à referida análise.

Não existindo mais intervenções, o parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, os votos contra do PCP e registando-se a ausência do BE.

- d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece regras e um procedimento uniformes para a resolução de instituições de crédito e de certas empresas de investimento no quadro de um mecanismo único de resolução e de um fundo único de resolução bancária e que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho [COM(2013)520] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) apresentou o seu parecer, começando por apresentar um esclarecimento terminológico relativamente à palavra “resolução”, que consta da própria designação da Proposta de Regulamento. De facto, de forma distinta do que sucede no Direito português, resolução não deve ser entendida como extinção, mas sim reestruturação. De seguida, enquadrou a presente iniciativa no âmbito da construção da União Bancária e realçou a sua importância, não apenas considerando os valores já empregues no auxílio ao sector financeiro por parte da União Europeia, mas também referindo que esta iniciativa não irá resolver os problemas de confiança, mas será certamente um importante auxílio. Por último, considerou que a presente iniciativa não violava o princípio da subsidiariedade.

O Sr. Deputado João Oliveira (PCP) solicitou a palavra para referir que esta iniciativa europeia suscita as maiores dúvidas ao PCP. De facto, considerou tratar-se de uma concentração política de competências nacionais nas instituições europeias e uma concentração de capital financeiro. Aliás, neste sentido, chamou a atenção para a argumentação utilizada pelo Sr. Deputado Autor do Parecer a páginas cinco e seis.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

Assim, considerou que a iniciativa merecia, por parte do seu Grupo Parlamentar, profundas objeções e que não poderia acompanhar o parecer.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) considerou que as opções plasmadas na iniciativa em causa são um corolário de uma opção anterior pela existência de uma moeda única. Assim, considerou que este é um mecanismo que surge com doze anos de atraso e que a moeda única não pode subsistir sem uma união bancária e sem a coresponsabilização das dívidas públicas.

O Sr. Presidente da Comissão informou que o termo resolução é utilizado também em inglês e francês, mas que de facto surge com sentido distinto daquele que é acolhido pelo ordenamento jurídico português.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) agradeceu aos intervenientes os comentários e, em especial, ao Sr. Deputado João Oliveira (PCP) a argumentação apresentada, pois considera que o debate enriquece esta comissão. No entanto, não deixou de mostrar dúvidas sobre a coerência de posições do PCP, pois sempre considerou que este partido defendia a supervisão bancária. Acrescentou ainda que a crise que ainda se vive tem várias causas na sua origem, sendo uma delas a fraqueza da supervisão bancária. Acresce que, atualmente, existe um sistema bancário global, a que os sistemas de supervisão nacionais não conseguem dar resposta, pelo que a melhor forma de garantir a supervisão efetiva é dando-lhe um cariz supra nacional. A finalizar referiu ainda que a posição do PCP apenas é compreensível com base no entendimento que possui sobre o que deveria ser o sistema financeiro global, contudo, considerou que é preciso encontrar soluções para o sistema que existe e não para aquele que gostaríamos que existisse.

O Sr. Deputado Rui Barreto (CDS-PP) considerou que esta é uma matéria fundamental para o futuro e que, provavelmente, merecia um debate mais alargado e aprofundado. Relativamente à iniciativa considerou que este é o caminho, que pode permitir a diminuição dos constrangimentos sentidos pelas empresas que desejam recorrer ao financiamento bancário, os quais ocorrem por força da localização dessas empresas e não pelos seus méritos ou deméritos. Acrescentou que, no seu entender,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

o PCP sempre criticou que os contribuintes pagassem a crise, mas quando se tenta constituir uma via de salvaguardar para o futuro, que exime os contribuintes de pagarem futuras faturas, é estanho que não mereça o apoio desse partido. Considerou a final que se tratava de uma boa proposta.

O Sr. Deputado João Oliveira (PCP) defendeu que a posição do PCP não se prende com uma ou outra medida, mas sobretudo com as opções de base, que se repercutem nas políticas a seguir. Criticou, assim, o papel secundário das instituições nacionais de supervisão no quadro do mecanismo único de resolução e a transferência de soberania para a União Europeia. Acrescentou que o PCP está de acordo que os mecanismos de supervisão falharam um pouco por todo o mundo, mas isso não quer dizer que a solução para esse problema passe pela criação de uma supervisão europeia. Aliás a supervisão supra nacional pode ser garantida através da cooperação entre instituições de supervisão nacionais e não através da criação de uma nova estrutura, cuja matriz está envolta em indeterminação e em dúvidas. Saliu ainda que não é clara a forma de financiamento do fundo previsto e que, em última análise, mesmo que não o façam de forma direta, os contribuintes serão sempre chamados a participar ainda que indiretamente e sem consentimento dos próprios. Assim, concluiu afirmando que o PCP não se pode associar à duplicação de meios, nem à opção tomada neste caso.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) solicitou a palavra para um breve esclarecimento, aludindo à nota de rodapé número doze do seu parecer, na qual refere expressamente que o fundo será financiado pelos bancos de acordo com o estabelecido na proposta.

Não existindo mais intervenções, o Sr. Presidente submeteu o parecer a votação, o qual foi aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, os votos contra do PCP e registando-se a ausência do BE.

- e) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES As metas de Barcelona_ O desenvolvimento dos serviços de acolhimento para a primeira infância na Europa para um crescimento



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

sustentável e inclusivo [COM(2013)322] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Por solicitação da Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) foi adiada a apreciação do seu parecer para próxima reunião.

- f) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen 1 de maio de 2012 - 31 de outubro de 2012 [COM(2012)686] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Por solicitação da Sra. Deputada Catarina Martins (BE), que não pode estar presente na reunião, o Sr. Presidente apresentou sucintamente o parecer da Sra. Deputada, aludindo expressamente à opinião da Sra. Deputada Autora do Parecer. O parecer foi então submetido a votação, tendo sido aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, a abstenção do PCP e registando-se a ausência do BE.

5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos Fundos do Mercado Monetário [COM(2013)615] objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Vitalino Canas.

- b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - O Ensino Superior Europeu no Mundo [COM(2013)499] objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Duarte Marques.

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Para além de 2015: rumo a uma abordagem global e integrada do financiamento da erradicação da pobreza e de desenvolvimento sustentável [COM(2013)531] objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Gabriel Corte-Real Goucha.

d) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Evolução da situação do mercado e consequentes condições para a supressão faseada e suave do regime de quotas leiteiras - segundo relatório «boa aterragem» [COM(2012)741] objeto de Relatório da Comissão de Agricultura e Mar

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Jacinto Serrão.

6. Apreciação e votação da Ata n.º 130/XII, relativa à reunião de 8 de outubro de 2013.

O Sr. Presidente submeteu a votação a Ata n.º 130/XII relativa à reunião de 8 de outubro de 2013, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

Antes de terminar a reunião, o Sr. Deputado João Lobo (PSD) solicitou a palavra para esclarecer que a dúvida que apresentou sobre a necessidade ou não de verificar o



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

cumprimento do princípio da subsidiariedade não fazia sentido, pelo que retirou a dúvida levantada.

O Sr. Deputado Rui Barreto (CDS-PP) solicitou também a palavra para saudar a nova Sra. Deputada do PCP.

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de outubro de 2013.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 131/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Cardoso
António Rodrigues
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Duarte Marques
Gabriel Côrte-Real Goucha
Jacinto Serrão
João Lobo
Nuno Filipe Matias
Paula Baptista
Paulo Mota Pinto
Rui Barreto
Vitalino Canas
Fernando Serrasqueiro
João Oliveira
Nuno Reis

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
João Serpa Oliva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Pedro Silva Pereira